

## Caio Prado Jr.

valorização do trabalho e sindicalismo rural

Raimundo Santos

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SANTOS, R. *Agraristas políticos brasileiros* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. pp. 1-33. Caio Prado Jr.: valorização do trabalho e sindicalismo rural. ISBN: 978-85-99662-81-6. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

---



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

# I – PARTE

## AGRARISTAS E POLÍTICOS BRASILEIROS

CAIO PRADO JR.:  
VALORIZAÇÃO DO TRABALHO E SINDICALISMO RURAL

Entendido como uma mobilização interativa com o meio sociocultural, o marxismo político que se construiu no Partido Comunista Brasileiro (PCB) teve certa gravitação entre nós, mesmo sem ter perfilado toda uma cultura política, como foi exemplar do Partido Comunista Italiano (PCI). O PC brasileiro conheceu uma *via crucis* de incompreensões que, no melhor dos casos, a bibliografia adversa apontou como falta de uma teoria sobre a circunstância brasileira.

De fato, com a distância do tempo, hoje se pode dizer que os comunistas não souberam aproveitar alguns diálogos que lhe foram oferecidos, como, desde logo, o diálogo com Gilberto Freyre (1933), sendo bem posteriores os momentos discursivos do PCB, pelo menos os de maior relevância. É o caso da interpelação de Guerreiro Ramos nos tempos do centro-esquerda nacional-desenvolvimentista (Ramos, 1958; especialmente 1963). Com ressalvas aos temas caiopradianos da historiografia e da questão agrária, os críticos consideram o marxismo pecebista como uma ideologia meramente cosmopolita. Via de regra, o pecebismo daqueles anos alimenta-se de uma espécie de correição intramuros e da disputa pela posse da doutrina marxista-leninista com outros grupos militantes.

Mesmo sem ser propriamente uma interlocução, há uma segunda circunstância, tão constituinte quanto a narrativa freyriana, que precisa ser mencionada: o marxismo do “Seminário sobre Marx” realizado por alguns intelectuais da USP em 1958. Observe-se que o evento foi levado a cabo no mesmo ano da chamada Declaração sobre a política do PCB, texto com que o partido comunista, por assim dizer, se refunda na sequência dos abalos que aqui chegaram em 1956, com as revelações sobre o stalinismo relatadas por Krushev no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética

(PCUS).<sup>1</sup> Não obstante esses estímulos, com sua mentalidade de autossuficiência patriótica<sup>2</sup>, o PCB não registra maior presença na esfera pública até os tempos bons e céleres da primeira *Revista Civilização Brasileira* de Ênio Silveira, no interregno 1966-68. Neste então tem curso um movimento que implicaria uma espécie de “ampliação” do marxismo brasileiro. Cria-se um clima intelectual no qual, mesmo sem os protagonistas planejarem os passos, disputavam-se os caminhos mais adequados à resistência à ditadura de 1964. Em uma verdadeira cena intelectual, abria-se à luz do dia um certo processo de arejamento do marxismo brasileiro.<sup>3</sup>

Ainda não investigamos como gostaríamos essas dimensões do marxismo brasileiro, quer as interpelações mais antigas (do pré-64), quer as mais contemporâneas. Em todo caso, em textos bem anteriores (Santos, 1993; 1996a e 1996b) havíamos apresentado Nelson Werneck Sodré e Caio Prado como as referências maiores do campo comunista. O primeiro, por valorizar os anos nacional-desenvolvimentistas e colocar-se a favor da tese da frente única democrática, que também julgava ser a via revolucionária adequada àqueles últimos tempos de vigência da Constituição de 1946; e o segundo, descrente na evolução espontânea do capitalismo, por mostrar reservas diante do que chamava de “aventura janguista”. Vale dizer, a articulação de governo da qual participavam as “forças populares e progressistas”, cujo “esquema” político, dizia Caio Prado às vésperas do golpe de 1964, não tinha bases para radicalizar o frágil processo como, à época, determinadas áreas suas vinham fazendo. No entanto, mais recentemente temos sugerido que se veja – atentando-se aos textos de natureza publicística – uma outra disposição: Caio Prado e Alberto Passos Guimarães como passagens bem mais expressivas da tradição comunista no Brasil.

---

<sup>1</sup> Gilberto Freyre é citado em registro positivo por alguns autores comunistas (dois exemplos: Caio Prado Jr., em *Formação do Brasil contemporâneo*, 1942, e Alberto Passos Guimarães, em *Quatro séculos de latifúndio*, 1963). Acerca da controvérsia sobre o stalinismo no PCB, da qual resultou a Declaração de Março de 1958, ver Santos, 1988.

<sup>2</sup> A noção “patriotismo de partido” aparece em Eric Mathias (1957; 1978).

<sup>3</sup> Ver a ensaística de Leandro Konder desse imediato pós-64, época da revolução teórica de Althusser (cf. Santos, 2002). Inscrita no debate sobre o novo marxismo científico, ela versa sobre a relação entre estruturalismo e política. Esse tipo de circulação de ideias traz à baila o papel da *Revista Brasiliense* (1955-54), como assinalaremos adiante, enfocando concentradamente o tema nacional.

## O sentido da trajetória de Caio Prado Jr.

Logo advertimos que a presença desses autores no PCB não resulta apenas da inquietação interpelativa e afinidade em relação às posturas do partido comunista em determinadas conjunturas. Enquanto o historiador de São Paulo percorre grande parte da trajetória do PCB como seu *alter ego*, pelo menos desde 1947 – e não só por meio da teorização agrária –, Alberto Passos Guimarães emerge como autor influente na cena pecebista mais contemporânea. Como veremos, Caio Prado estará presente nos momentos congressuais pecebistas do largo pós-guerra. Terá influência mais visível sobretudo após os acontecimentos subsequentes ao suicídio de Getúlio, a partir de 1955, quando lidera o empreendimento da *Revista Brasileira* até o desfecho de 1964. Sua obra teve ainda alguma gravitação nos breves anos entre 1966-1968.

Quanto a Alberto Passos Guimarães, sua contribuição mais marcante ocorre no cenário que se abre com os debates pecebistas sobre o Relatório Krushev (1956-1957), já aludido. Em particular no V Congresso do PCB (1960), no qual o grupo dirigente que, em 1958, havia assumido o comando partidário com a Declaração de Março, consagra como orientação oficial as linhas gerais da “nova política” ali anunciada. Alberto Passos Guimarães aparece então como um publicista a lastrear a renovação comunista desse tempo. Era uma virada que vinha se gestando desde os primeiros anos 1950, quando o partido comunista começa a abandonar o campesinismo dos tempos mais duros da Guerra Fria e passa a reorientar a atuação agrária, área na qual mais se evidenciava o seu radicalismo.

Foi nesse tempo que os comunistas deram os primeiros passos rumo à tática de fundar sindicatos rurais com vistas a alcançar os camponeses, a “massa mais numerosa da nação”, como diria a referida Declaração de Março, aludindo à conhecida expressão de *O dezoito brumário de Luís Bonaparte*. Modesto, no entanto, o texto brasileiro de 1958 valoriza uma massa numerosa, cujo “movimento” era “bastante atrasado, sendo baixíssimo o seu nível de organização”.<sup>4</sup> Principal autor desse agrarismo

---

<sup>4</sup> Assim a Declaração de 1958 já delineava aquele caminho: a) “Para impulsionar o movimento camponês, é preciso partir do seu nível atual, tomando por base as reivindicações mais imediatas e viáveis, como o salário mínimo, a baixa de arrendamento, a garantia contra os despejos, e evitando, no trabalho prático, as palavras de ordem radicais que ainda não

novo, de tipo sindical-camponês, Passos Guimarães resistiria a duas pressões. De um lado, à ênfase caiopradiana posta nas relações de emprego de assalariamento dos “grandes domínios rurais”; terreno no qual, como veremos adiante, o historiador sugeria enraizar a tática comunista. De outro lado, e ao mesmo tempo, Alberto Passos Guimarães era combatido (e então acusado de “direitista”) por áreas conservadoras do partido comunista por querer prosseguir com a “nova política” no V Congresso de 1960. Aliás, ele próprio teria exercido influência na resolução de 1958, a julgar pela semelhança entre algumas das proposições-chave desse texto e a argumentação apresentada pelo autor nos artigos que publica na Tribuna de debates daquele congresso.

Esse breve excursus vem nos mostrar como esses comunistas – um comentário extensivo a vários intelectuais – adquirem realce diverso quando lidos a partir da vocação militante dos seus escritos. No caso daqueles autores, a inscrição partidária e a destinação de seus textos ao campo pecebista não só os mostram como publicistas de partido, entre outros nomes, como sobremaneira nos revelam ser eles clássicos do marxismo político representado entre nós pelo PCB. Nas páginas seguintes faremos um exercício referido a Caio Prado, sublinhando a relação entre suas dissertações sobre a revolução e a política brasileira, no sentido da associação marxiana entre teoria e práxis (Marx e Engels, 1845; 1978).

Em primeiro lugar, impressiona a disciplinada militância do historiador, mesmo quando mostra independência intelectual (e política) em relação às teses do seu partido, dele discordando em momentos importantes. Mencione-se o desencontro por ocasião dos acontecimentos de novembro de 1935, quando, por ocasião dos levantes militares, vice-presidente da Aliança Nacional Libertadora (ANL), a mobilização de frente única que então se formava para intervir no pós-1930, Caio Prado viajava pelo Sul do país, onde seria preso e depois deslocado para São Paulo.

---

encontram condições maduras para a sua realização”; b) “Também no campo, a experiência demonstra que a atuação através de formas legais de luta e de organização é aquela que permite alcançar êxitos para as massas”; c) “Assim é que tem progredido, além das associações rurais e cooperativas, a organização dos assalariados e semiassalariados em sindicatos, que já obtiveram vitórias em contendas com fazendeiros”; e d) “Tem grande importância a defesa jurídica dos direitos já assegurados aos camponeses” (PCB, 1958; 1982: 188-89).

Especialmente expressivo é o *affaire* dos chamados Comitês de Ação, encontros de opositoristas que viabilizariam uma nova saída à superfície após as prisões de 1940, que dizimaram o PCB; subida à superfície da qual Caio Prado foi um dos principais articuladores.<sup>5</sup>

Recorde-se sua atuação na Assembleia Constituinte do Estado de São Paulo, em 1947, quando enfrenta a resistência da direção partidária a iniciativas reformistas que encaminha no exercício parlamentar (Prado Jr., 1960a).

Como mencionado, Caio Prado interpelou os três principais congressos comunistas: o IV Congresso, à época da primeira convocatória de 1947, para o qual escreveu “Os fundamentos econômicos da revolução brasileira” (o congresso só se reuniria em 1954); o V congresso de 1960, para cuja Tribuna de debates destinou o longo texto “As Teses e a revolução brasileira”; e, já sob ditadura militar, entre 1966-67, o VI congresso, quando publicou *A revolução brasileira* (1966), uma espécie de síntese da sua obra. Nesse opúsculo, o historiador justamente avalia o sentido geral da teoria pecebista; uma interpelação pública que gerou reclamações no PCB por ter Caio Prado recorrido na controvérsia a recurso desigual dada a clandestinidade em que viviam os comunistas.

Caio Prado manteve essa qualidade interpelativa bifronte – ao mesmo tempo em que se movia dentro do mundo comunista, sempre construiu vida publicística de superfície. Como também já aludido, passados os piores anos da Guerra Fria e da ilegalização do PCB, logo após o suicídio de Getúlio, o historiador emerge em 1955 à frente da *Revista Brasiliense*.<sup>6</sup>

---

<sup>5</sup> Manuel Batista Cavalcanti relata que os Comitês de Ação foram uma iniciativa principalmente de comunistas de São Paulo e do Rio de Janeiro, para retornar à ação política de frente única em torno da União Democrática Nacional (UDN), em 1943 (Cavalcanti, 1983). Na bibliografia pecebista, os Comitês de Ação aparecem como um movimento “liquidacionista” ao modo do PC americano, que naquela época teve áreas suas postulando a substituição da forma-partido comunista por outro tipo de associação. Em vez daquela articulação pela redemocratização, a chamada Comissão Nacional de Organização Partidária (CNOP), que então organiza o PCB marginalizando o “grupo” de Caio Prado (Id.), tomou orientação do partido a aproximação com Getúlio, com o apoio de Prestes ainda na prisão.

<sup>6</sup> Elias Chaves Neto revela que o passo mais ambicioso do “grupo” caiopradiano após 1947 consistiu em convencer o historiador a participar do concurso da cadeira de Economia Política na Faculdade de Direito de São Paulo, para o qual ele escreveu “Novas diretrizes para uma política econômica brasileira” (1954). No texto, Caio Prado ensaia uma explicação da responsabilidade que o imperialismo teve no atraso e na miséria de amplas camadas da população brasileira. A finalidade da operação era usar o evento para romper com o

Durante quase todo o decênio seguinte, o empreendimento marcaria a opinião pública de esquerda, firmando a boa tradição de publicações de intelectuais comunistas e não comunistas que o próprio PCB já ensaiara antes no nosso curto pós-guerra democrático. Convocada por vários nomes do mundo cultural a ser “um centro de debates e de estudos brasileiros”, a *Revista Brasiliense* se propunha não só difundir trabalhos sobre a circunstância nacional como também influir na opinião pública, “levando-a a melhor compreender os problemas que afetam a vida do país” (*Revista Brasiliense*, 1955). Definia-se, no abaixo-assinado da sua fundação, que a “revista, sem ligações de ordem política e partidária, será orientada pelos seus próprios redatores e colaboradores” (Id.).

Lembrando esse seu tipo de interpelação, qual o lugar do historiador no PCB e nas demais esquerdas? Não obstante a longa trilha que o converteria em um clássico da revolução, Caio Prado Jr. teve sua obra apropriada de maneira irregular. Ao mesmo tempo em que fundamentava o agrarismo com o qual o PCB construía a rede sindical rural brasileira e também oferecia ao partido – sem muita acolhida explícita – uma concepção de reformismo, que o teria posto em condições mais competitivas naqueles anos ideológicos do nacional-desenvolvimentismo, o militante era empurrado para a margem do pecebismo oficial.<sup>7</sup> Doutra parte, Caio Prado teve alguns textos – especialmente *A revolução brasileira* – recolhidos por áreas (inclusive dissidências comunistas) que, depois de 1964 e às vésperas dos anos de chumbo, radicalizaram-se e viram no opúsculo amparo ao confronto armado com o regime militar, um confronto no qual iriam se envolver com alto custo.

---

simplismo puramente denunciante com o qual o PCB via o movimento nacionalista, conferindo-lhe “um novo sentido” (Chaves Neto, 1977. p.142). Ao dinamizar o debate, a operação também amadureceu o projeto da Revista Brasiliense.

<sup>7</sup> Uma lista de artigos da imprensa partidária da época é bem expressiva: “Um falso conceito da revolução brasileira”, assinado por Rui Facó em resposta aos comentários de Caio Prado às teses do IV Congresso (“Os fundamentos econômicos da revolução brasileira” (cf. *A Classe Operária*, Boletim de discussão n. 13, 1947); “É necessário combater e desmascarar os defensores e porta-vozes do nacional-reformismo”, comentários de Luiz Carlos Prestes à *Revista Brasiliense* (cf. *Voz Operária*, 28/04/56); “A revolução brasileira”, no qual Assis Tavares critica o livro de 1966 (cf. *Revista Civilização Brasileira*, n. 11-12, set. 1967); “Os equívocos de Caio Prado Jr.”, folheto de Paulo Cavalcanti sobre o mesmo volume (São Paulo: Argumentos, s. d.).

No entanto, as dissertações que o historiador produz não eram lidas como partes da interpretação de Brasil com a qual fundamentava sua teoria revolucionária. A dissertação sobre o Brasil-Colônia é o seu capítulo mais aceito; desenvolvida em *Evolução política do Brasil* (1933) e em *Formação do Brasil contemporâneo* (1942), não era vista como uma narrativa que conferia o sentido geral reestruturador do capitalismo que a revolução iria assumir no Brasil. Os excursos sobre a revolução burguesa (*História econômica do Brasil*, 1945) também encontravam dificuldade em serem reconhecidos pela bibliografia como partes do constructo de um ensaísta que se debruçou no estudo da nossa formação social com intenções revolucionárias. A esses excursos Caio Prado acrescenta instigantes, embora pouco desenvolvidas, alusões ao que chama de capitalismo burocrático e de Estado cartorial, na acepção de Hélio Jaguaribe, autor citado no “Adendo” à *Revolução brasileira* como “uma preciosa chave para a melhor compreensão e interpretação mais autêntica da realidade política brasileira” (Prado Jr., 1967: 238; 1978).<sup>8</sup> Em certo sentido, essas alusões atualizavam sua imagem originária de Brasil.

São essas passagens dissertativas – e não a busca de exclusividade marxista, para fins ideológicos ou científicos, como se viu em certas áreas de esquerda nos anos 1960 e 1970 – que qualificam Caio Prado como ensaísta da nossa modernização de incorporação seletiva, de classes e vida associativa débeis e de cena política superficial, como ele costumava dizer. É num terreno nacional como este que teria curso a revolução brasileira, como a preferia chamar Caio Prado; uma ideia de revolução desenhada a partir das dissertações dedicadas: a) à nossa formação sob forma da colônia de produção; b) ao desenvolvimento agrário-burguês e ao nosso industrialismo; e c) ao renovamento do mundo rural, por ele entendido

---

<sup>8</sup> A remissão a Jaguaribe mostra o historiador às voltas com a fórmula estrutura/superestrutura em contexto de estruturação não clássica do capitalismo. Por esta via, a dialética da interação forças produtivas/relações de produção *opera refratada* pela contemporaneidade de tradição e modernidade. Na interpretação da sua grande circunstância, “1945” mostra a importância que conferia à institucionalidade democrática. Após 1964, o autor voltou a criticar a teoria *orientalista* da revolução, segundo ele, de serventia para operações de risco e aventura. Como veremos, no ocaso do regime de 1964, a sua dissertação sobre o industrialismo torna-se um excuro sobre o capitalismo burocrático como um meio de retomar o tema do produtivismo, realçando a figura de uma burguesia tradicional-produtiva, agora (em 1977) convergente, aliás, com a redemocratização do país desse tempo (Prado Jr., 1967 e 1977; 1978).

como questão nacional. Neste sentido, pode-se falar da obra caiopradiana como busca de uma teoria revolucionária desde os primeiros escritos publicísticos (se já não nos artigos de 1935, bem visível em “Os fundamentos econômicos da revolução brasileira”, de 1947, já citado) até *A revolução brasileira*, seu “Adendo” de 1967 e o texto “Perspectivas em 1977”, da 6ª edição.

### **A valorização do trabalho na circunstância nacional**

Ao revelar desapareço pelo cânone (não só interpretativo) que orienta a interpretação do Brasil de Caio Prado, a própria bibliografia crítica sublinha a questão-chave: o circulacionismo do seu marxismo.<sup>9</sup> Com efeito, em seu registro da Economia Política clássica – o segundo ensaio instigante sobre nossa “sociedade civil”, logo depois de Gilberto Freyre<sup>10</sup> –, Caio Prado vê que a singularidade brasileira não radicava no caldeamento racial propiciado pela colonização portuguesa, mas na circunstância de termos nascido como colônia de produção, na qual se conforma um povo com débil integração econômica, social e política. Aí estava, *mutatis mutandis*, a “esquemática” caiopradiana da nossa contemporaneidade.<sup>11</sup> O historiador se coloca o problema da necessidade de um marxismo que desse conta do padrão civilizatório sob o qual se estruturara a nação. Não obstante a filiação ao marxismo clássico, em especial à teoria do capitalismo e suas categorias econômicas, o objeto da investigação de Caio Prado se concentra naquele padrão civilizatório, no mesmo estilo de ensaístas como Gilberto Freyre e Florestan Fernandes, cada qual, dito assim só para figurar a ideia, com sua “esquemática”.

O comunista de São Paulo debruça-se sobre uma formação social que não se constitui – esta marca percorre sua obra – com base em um processo

---

<sup>9</sup> A passagem mais extensa encontra-se em *Formação do Brasil contemporâneo*, onde se lê: “A análise da estrutura comercial de um país revela sempre, melhor que a de qualquer um dos setores particulares da produção, o caráter de uma economia, sua natureza e organização. O estudo que vamos empreender do comércio colonial em princípios do século passado virá assim como coroamento e conclusão de tudo quanto se tratou acima” (Prado Jr., 1942: 226).

<sup>10</sup> A propósito desse sentido da obra de Gilberto Freyre, ver Moreira (1988). Para uma comparação entre os ensaístas, ver Santos, 2001; 2006a.

<sup>11</sup> Faz-se aqui uma alegoria em torno do conceito de raiz em Charles Taylor, segundo a versão que nos apresenta Jessé Souza em sua reinterpretação da modernidade periférica. Souza usa essa mesma conceituação para interpelar Florestan Fernandes (Souza, 2002).

de criação, no próprio povo, do mercado para sua produção, primeiro mercantil, depois burguesa e moderna. Iria discernir que aqui, diferentemente do industrialismo europeu e americano, o mercado se torna a questão básica, enquanto a produção o fora para a economia política da industrialização clássica e para Marx. Essa circunstância merecia toda a atenção, como passo indispensável à tematização do desenvolvimento dos países que se haviam formado na periferia capitalista, como o Brasil, marcados por aquele traço primordial.

Caio Prado chega a calibrar o marxismo brasileiro – abrindo sua Economia Política ao tema do consumo (e da “população”), considerado assim em acepção, digamos, nacional-popular –, visando a explicar uma formação social ao mesmo tempo dependente (construída naquele sentido da colônia de produção) e contemporânea (industrializada de modo “superficial” e pouco incorporador). Dessa gênese e evolução ele extrai uma imagem do Brasil como sociedade de modernização tardia e incompleta, particularmente de classe econômica débil e campo popular pouco coeso; um tema, inclusive, já presente em *Evolução política do Brasil* (1933) e também descrito em *Formação do Brasil contemporâneo* (1942).<sup>12</sup>

No entanto, a bibliografia crítica daquele traço circulacionista não discernia que era ele que distanciava o marxismo de Caio Prado da própria matriz marxista-leninista. É esse marxismo que orienta as dissertações sobre o Brasil com as quais o historiador não só delineia um programa de reformas reestruturadoras do nosso capitalismo, como ainda, fiel à tradição leninista, enraíza a teoria revolucionária na economia, na luta de classes e no Estado, tomando-o, porém, como esfera de uma generalidade chamada a processar os “interesses da maioria da população”; e esta última noção se

---

<sup>12</sup> No primeiro livro, há alusões aos desdobramentos da Revolução da Independência, chegando Caio Prado a registrar a “atitude inconsequente” das classes subalternas após o nosso “1848”. Menciona a grande massa escrava (50% da população), de baixo nível intelectual e cultural, isolada principalmente nos “grandes domínios rurais” e cujo processo de constituição “em classe politicamente ponderável” só se daria “no decorrer do tempo”. Refere-se ainda às camadas médias livres, grupo sem coesão social e tampouco sem “possibilidades de uma eficiente atuação política” (Prado Jr., 1933). Em *Formação do Brasil contemporâneo*, o autor faz referências aos contingentes de “desclassificados” e aos seres “sem bagagem cultural” e ainda próximos do mundo escravista (Prado Jr., 1942).

mostra intercambiável com a questão da nacionalidade, tal como a deriva daquele padrão civilizatório.<sup>13</sup>

Mas o publicista não se confunde com a demiurgia frequente no primeiro ensaísmo clássico. Mesmo sem formalizar completamente o constructo, o historiador procura divisar impulso mudancista em atores cujo potencial estava dado pela dinâmica da vida nacional, deitava raízes nos interesses econômico-sociais e semeava associativismo de tipo permanente. Ao recortar o campo do agir revolucionário na interseção das dimensões da economia, das classes e do poder, por conta da fraqueza da vida produtiva e da debilidade dos protagonistas, Caio Prado atribui relevo à opinião pública, a qual ganharia força à medida que se desenvolvessem os “grandes debates nacionais” e manifestaria sentido renovador, quando tais debates se polarizassem em razão dos “interesses da maioria da população”. Esse constructo qualifica-o “ponto de vista do proletariado” que o historiador assume tanto na obra historiográfica como nos textos propriamente publicísticos.<sup>14</sup>

Vejamos como o autor, em outros textos, valoriza o “ponto de vista” do trabalho – e dos “interesses da maioria da população” – a partir da circunstância de uma revolução burguesa fraca. São referências em escritos expressivos de momentos nos quais o seu marxismo político torna-se mais visível e o historiador interpela o PCB, particularmente quando a teoria pecebista seria posta à prova pelos acontecimentos que levariam ao desfecho de 1964.

Antes, porém, um pequeno excursus sobre o tema da previsão do curso revolucionário e suas conjunturas, um excursus com o qual se pode aferir o sentido de dois livros revolucionários: o caiopradiano *A revolução brasileira* (1966) e *A revolução burguesa no Brasil* (1975), de Florestan Fernandes. Caio Prado vê a concretização da revolução em processos em que os atores são chamados a ter iniciativa. Por mais débeis e inorganizados que surgissem em sua descrição, Caio Prado reserva-lhes protagonismo público, suposto um sistema político aberto, mesmo no período

---

<sup>13</sup> Era de tal ordem a envergadura da reestruturação exigida para que alcançássemos o nível dos países que trilharam o primeiro industrialismo que Caio Prado dizia ser necessário, aqui, esforço similar ao dos primeiros planos quinquenais da URSS.

<sup>14</sup> A noção é tomada de Adolfo Sánchez Vásquez em sua crítica ao divórcio entre teoria e prática na obra de Althusser (Vásquez, 1978).

autoritário,<sup>15</sup> diferentemente de Florestan Fernandes em *A revolução burguesa no Brasil*, um texto que também se consagraria nas esquerdas, sobretudo intelectuais.

Recorde-se, apenas para sugerir um termo de comparação, que no capítulo 1 da primeira parte daquele ensaio (escrito em 1966, sob registro weberiano), Florestan faz alusões ao modelo da revolução passiva do *Risorgimento* italiano, que levava Gramsci a propor, como alternativa à via disruptiva de 1917, uma estratégia socialista de progressiva acumulação de forças, aliás, tal como sugerira Engels no seu testamento político (Engels, 1895; 1977). No entanto, ao redigir, em 1973, a terceira e última parte da monografia hoje clássica, o sociólogo da USP redimensiona o modelo interpretativo esboçado na primeira e na segunda seção. Como já foi dito, na seqüência do Ato 5, sob impacto do endurecimento do regime de 1964, Florestan vê cristalizar-se no processo brasileiro a tendência dos países latino-americanos à autocratização – noção com que Lênin qualificava o czarismo russo – como uma “lei de ferro” do capitalismo dependente. O sociólogo da USP daí extrai o dilema: “ditadura ou revolução”, perdendo-se – proveitosa aquela conjectura a respeito do *Risorgimento* – uma alternativa analítica a esta disjuntiva catastrófica, à qual, de resto, também levava o marxismo estruturalista operante entre nós no imediato pós-64.<sup>16</sup>

Do qualquer modo, a propósito da previsão do curso revolucionário, chamam a atenção os artigos publicados na *Revista Brasiliense*, nos quais Caio Prado examina os tempos nacional-desenvolvimentistas até o golpe de 1964 sob o prisma das dissertações sobre o Brasil mais contemporâneo. Mirando além da conjuntura aparente, o historiador desqualifica a função dos “dispositivos partidários” à volta da figura de Vargas – PSD-PTB – que então dominavam a vida nacional, dissimulando um capitalismo de incorporação social limitada, baixa sociabilidade e avesso à institucionalização democrática. Em vez de divisar na cena pública um

<sup>15</sup> Em *A revolução brasileira*, Caio Prado disserta *programaticamente*, como se o novo quadro comportasse a ação transformadora das classes e o regime de 1964 não fosse uma circunstância altamente restritiva (Prado Jr., 1966; 1967; 1978).

<sup>16</sup> Curiosamente, a pista indicada por Gramsci está numa espécie de “guerra de posições” que emergiria noutro ambiente como uma estratégia para deter o “processo de fascitização”, que o regime militar experimenta justamente após 13 de dezembro de 1968, com o Ato 5. Seria um partido marxista-leninista – o PCB – quem iria imprimir o “sentido gramsciano” da “guerra de posições” à resistência à ditadura daqueles anos de chumbo (PCB, 1970 e 1971).

terreno para iniciativas imediatistas, Caio Prado segue a “esquemática” com que construíra sua imagem de Brasil (fraqueza da revolução burguesa, debilidade das classes e da vida política) e releva vetores intervenientes no quadro nacional que haveriam de produzir resultados duradouros.<sup>17</sup>

Mal compreendida a cena do último tempo da Constituição de 1946<sup>18</sup> (e vista sem as marcas histórico-estruturais), o ator revolucionário tendia a não levar na devida conta que ela também já ensejara o populismo e alimentava a aventura “janguista”, como dizia o historiador na *Revista Brasiliense* às vésperas de 1964, alertando para a falta de “bases políticas” da radicalização crescente naqueles anos turbulentos. Ao mesmo tempo em que refere tal circunstância ao padrão de modernização superficial, Caio Prado também reconhece debilidades no campo das “forças progressistas e

<sup>17</sup> Associe-se aos traços já referidos: a) a dimensão de generalidade do Estado, concretizável a partir de governos administrativo-políticos, como dizia o historiador, com rumo, sustentação na opinião pública e suporte influente dos partidos; b) os “debates nacionais”, conferindo sentido mudancista ao curso político; e c) uma “polarização de forças” (aberta a oportunidade para um campo expressivo dos “interesses da maioria da população”). Na época, Caio Prado valorizou a eleição de Juscelino pelo fato de espelhar os ventos de mudança do pós-guerra com seu clima de reconstrução e desenvolvimentismo. Além disso, a nova administração ainda podia ser impulsionada pela opinião pública antigolpista dos tempos anteriores à eleição e posse de JK (Prado Jr., 1956a). Em relação ao papel dos partidos, ver Prado Jr., 1956b. No imediato pré-64, Caio Prado não vê o rumo dos acontecimentos como favorável ao processo revolucionário, especialmente a aproximação das “forças populares e progressistas” com Jango, para ele, uma aliança subordinada a interesses personalistas.

<sup>18</sup> A propósito desse tempo, Elias Chaves Neto provocou celeuma com seu artigo inaugural da *Revista Brasiliense*. A noção de União Nacional ali presente alude à conformação de uma força política capaz de sustentar uma “nova política econômica” que “proporcione(asse) à nossa indústria e à nossa agricultura os meios, não somente de suportar esses encargos – elevação dos salários em face de carestia – mas de neles encontrar novas possibilidades de desenvolvimento” (Chaves Neto, 1955, p.29). Sua convocação das forças nacionais democráticas em torno da Constituição visava a assegurar condições preliminares para que tivesse livre curso um processamento das reivindicações populares de “modo construtivo”; em outras palavras, a luta econômica, “dentro dos direitos para esse fim estabelecidos em nossa Constituição – o direito de greve, de sindicalizarão, de reunião” –, é que torna possível o constante ajuste dos salários segundo as condições variáveis da produção” (Id.). Assim como na Revolução Francesa, que no século XIX trouxera enorme progresso ao mundo, aqui “a defesa da Constituição é, portanto, o ponto básico de uma política que visa, pela união de todos os brasileiros, a resolver os problemas dos quais depende a nossa prosperidade” (Id.). São afirmações que nascem na conjuntura da reconstitucionalização do país. Ver os comentários de Prestes no texto citado (Prestes, 1956).

populares” e do associativismo popular, especialmente sindical, recusando, todavia, a propensão a messianismos, inclusive o de tipo revolucionário a que também induzia a tradição comunista.<sup>19</sup>

Caio Prado mantém sua visão sobre nossa “revolução burguesa de novo tipo” na periferia capitalista ao longo de pelo menos 30 anos (desde 1947, em “Os fundamentos econômicos da revolução brasileira”) até 1977 (em *A revolução brasileira*, com o “Adendo” de 1967 e as “Perspectivas em 1977”). É notável ver como, alheio ao momento de ditadura (Coelho, 2000), no livro de 1966 retoma o sentido programático da narrativa sobre nosso capitalismo: sob evolução espontânea, a modernização (o industrialismo substitutivo) não alargaria “social e territorialmente” sua capacidade de incorporação, por si já muito seletiva. Daí o tema da integração percorrer todo o volume. Esta visão de uma grande reestruturação da vida nacional – mediante processo revolucionário que revertesse o padrão estruturante da nacionalidade sob condições de uma revolução burguesa débil – traça uma linha de separação entre o historiador e a esquerda da época de *A revolução brasileira*, uma esquerda cujas áreas mais militantes estavam marcadas fortemente pela ideia de revolução disruptiva e socialista como poder popular e alteração radical do regime de propriedade.<sup>20</sup>

### O papel do sindicalismo na reforma do mundo rural

Relembremos agora como o “ponto de vista do trabalho” orienta a dissertação agrária. À luz da interpretação de Brasil, ela pode ser vista como marco de um campo intelectual que não restringe a reforma do

---

<sup>19</sup> O livro de Paulo Iumatti sobre os diários caiopradianos de 1945 veio lançar luz sobre a presença de Caio Prado Jr. na segunda metade dos anos 1940. Há vários registros seus sobre o PCB, e dois deles merecem ser retidos: o “populismo revolucionário” e a subestimação das eleições. Mesmo que a sua recusa principal se volte para o populismo “pelo alto” do Estado Novo, Caio Prado Jr. também se refere ao populismo que medrava em torno da figura de Prestes em diferentes mobilizações do PCB daquela época (Iumatti, 1978).

<sup>20</sup> A Florestan não passaria despercebido o sentido da “revolução brasileira” de que falava Caio Prado. Comentando, na época, o alcance revolucionário de *A revolução brasileira*, o sociólogo da USP dizia do historiador: “Não descobri nele uma irrefutável substância socialista. Existe uma intenção socialista, sem dúvida, mas o programa proposto seria perfeitamente exequível por uma burguesia nacional bastante autônoma, inteligente e criadora para combinar, em bases puramente capitalistas, alguma sorte de *welfare state* com crescimento econômico acelerado” (Fernandes, 1968; 1980. p. 87).

mundo rural à questão fundiária. Caio Prado Jr. confere importância à ideia de uma reforma agrária não camponesa; um tema continuado sob registro diverso por outros autores no pré-64 e depois da destituição de Jango, inclusive em tempos bem recentes.

Na época da Declaração de Março de 1958, embora refratado, o agrarismo de Caio Prado fez-se presente no PCB, em particular, como já aludido no princípio deste ensaio, na fórmula da reforma agrária “inicialmente não camponesa”, que se tornaria reforma agrária camponesa numa segunda fase.<sup>21</sup> Por sua visão “não estagnacionista” pós-1958, o PCB adota, naqueles anos radicalizantes da “pré-revolução brasileira” (Furtado, 1962), a proposição programática das “medidas parciais de reforma agrária”, bem ecléticas e nada catastróficas, nelas, aliás, refletindo-se o argumento não campesinista de Caio Prado. Fora desse campo, naquela época o conceito de reforma agrária ainda se amplia mediante o equacionamento propriamente nacional-desevolvimentista, como se pode ver em textos isebianos.<sup>22</sup> Desperta particular interesse a modalidade de reforma agrária de Ignácio Rangel, autor que, avaliando a falta de condições políticas para um processo redistributivista, argumenta a favor de uma reforma agrária centrada em questões “não propriamente agrárias” (problemas estritamente agrícolas, como produção, preços, intermediação, etc.).

Em relação ao seu próprio campo, o historiador valoriza “a atenção especial com os assalariados e semiassalariados”, elemento que, no pré-64, compunha a tática agrária sindical-camponesa dos comunistas. Mas, ao mesmo tempo, via na mistura errática de reivindicações trabalhistas e camponesas – que, segundo ele, aparecia no novo agrarismo do PCB – a

---

<sup>21</sup> No PCB, tal noção foi posta em circulação por Alberto Passos Guimarães, e o enunciado completo é este: “Enquanto, como está nas Teses, a reforma agrária não se transforma em bandeira dos próprios camponeses – diz o autor, concordando com o texto do V Congresso, que provavelmente influenciara –, é possível ‘revolucionar’ certas relações agrárias mediante uma reforma que não é, fundamentalmente, uma reforma agrária camponesa” [Este argumento provém de uma citação de Lênin]. E continua: “E, à medida que os camponeses forem levados a participar do movimento agrário, conduzidos pelo proletariado, em aliança com este, a reforma agrária ainda não camponesa se transformará numa reforma camponesa, o que acontecerá na segunda etapa da revolução anti-imperialista e antifeudal” (Passos Guimarães, 1960). Essa fórmula foi acolhida no V Congresso de 1960.

<sup>22</sup> O autor isebiano serviria de referência a José Graziano da Silva ao colocar o tema da “reforma agrária não essencialmente agrícola” na ordem do dia aberta pelo chamado “novo mundo rural” dos últimos anos do século XX. Ver Silva, 1996; 1998.



primazia do tema da luta pela terra, o que levava a se perder a “réstia de bom senso” que os comunistas haviam adquirido quando passaram a dar atenção ao sindicalismo rural (Prado Jr., 1966).

O modelo caiopradiano da revolução “agrária e nacional” – na aparência, simples inversão da fórmula “anticolonialista e agrária antifeudal” prescrita pela III Internacional aos países coloniais e dependentes – sugere uma grande transformação ao modo americano, no sentido de que aqui também era possível buscar dinamismo em um Oeste (o largo mercado rural) complementar a um Leste (nossa industrialização) insuficientemente modernizado.<sup>23</sup> Diversamente da tradição comunista, Caio Prado atribui essa função a um protagonismo popular não camponês assentado em reivindicações trabalhistas da força de trabalho dos grandes setores da agropecuária, mobilizada por sindicatos estáveis e espalhados pelos municípios brasileiros. Fazendo decorrer a ideia de revolução agrária da sua interpretação de Brasil, o clássico pensa na renovação do mundo rural como avivamento de um capitalismo débil que, entregue à própria lógica, ver-se-ia incapaz de modernizar o país e abrir espaço aos contingentes devastados, particularmente os excluídos do sistema produtivo agrário.

Ao contrário do vazio social que Gilberto Freyre debitava às nossas “revoluções políticas”,<sup>24</sup> Caio Prado referencia sua ideia de revolução agrária justamente na Abolição. É esta filiação que o historiador confere – às vésperas de 1964, tempo de urgências e radicalismos – ao Estatuto do Trabalhador Rural (1963), comparando o alcance desta lei ao impacto generalizante que tivera o 13 de maio de 1888, ao conformar o contingente nacional da força de trabalho livre. No caso, como proteção de direitos, o Estatuto viria a universalizar processos socioeconômicos por meio da expansão de sindicatos nos grandes setores da agropecuária, onde estava –

---

<sup>23</sup> Elias Chaves Neto traz referências ao *homestead* da experiências americana (Chaves Neto, 1955). Chaves Neto relembra que foram justamente a distribuição de terras além do Mississipi, conforme o programa *farmer* de Lincoln, a contínua expansão territorial e a abertura de grandes mercados consumidores que serviram de base para o desenvolvimento industrial daquele país no século XIX (Id.). Seguindo Caio Prado Jr., Chaves Neto também via na “miséria e na fome da grande massa popular” a questão estratégica de cuja solução dependeriam as possibilidades do movimento de renovação da estrutura econômica da nação (Id.).

<sup>24</sup> Como se sabe, em alguns textos do pós-guerra, Freyre faz referências à trilha da revolução social abolicionista de Nabuco, ao mesmo tempo em que, em outros escritos, vê as revoluções positivista e “comunista” como revoluções unidimensionais por carecerem de alcance sociológico.

vale repetir o autor – o núcleo estratégico da revolução agrária, do qual se difundiriam à economia rural impulsos transformadores sustentáveis: os assalariados e semiassalariados, os “empregados agrícolas”.

Em vez de um “movimento camponês” pela terra confinado em poucas regiões, Caio Prado aposta na mobilização desse campo popular, único capaz de assegurar trabalho revolucionário expansivo, “em profundidade”, como ele dizia. Para além dos termos e paradigmas pecebistas, o historiador apresenta ao partido comunista uma teorização do rural derivada da sua hipótese sobre nossa gênese e evolução no sentido de um modernismo inconcluso. Como se observou no princípio destas notas, o autor propõe essa problematização nas categorias marxianas, mas, em vez de evocar um ser demiúrgico do processo modernizador, o “Capital”, como se vê em outros constructos acadêmicos, era o trabalho mediado por uma extensa mobilização social – por meio da forma sindical moderna – que ocupava centralidade no tema da modernização e da reforma do mundo rural.

Em artigo sobre o Estatuto do Trabalhador Rural publicado na *Revista Brasiliense* (1963), o autor diz que não se sustentava uma transformação completa da estrutura e organização dos grandes setores da economia agrária sem um amplo “movimento social reivindicatório”. Citemos o autor: “Seria naturalmente ingenuidade pura imaginar que um simples texto legal, estabelecendo a reorganização de nossas principais atividades agrárias e dando-lhes estrutura e funcionamento da produção completamente distintos e originais, tivesse a virtude, somente por si, e sem o amparo, impulso e instrumento de poderosas e ativas forças sociais, de determinar tais consequências. Ora não se apresenta nenhum sintoma ponderável da ação dessas forças. As reivindicações dos trabalhadores empregados na grande exploração rural brasileira vão noutro sentido que não o do fracionamento da base fundiária em que se assenta aquela grande exploração; e o da transformação deles, de empregados que são, em pequenos produtores individuais e autônomos. As reivindicações desses trabalhadores são as de ‘empregados’, que é a sua situação econômica e social. A saber, reivindicações por melhores condições de trabalho e emprego” (Prado Jr., 1963: 6-7).<sup>25</sup>

---

<sup>25</sup> Segue a passagem: “E de um tipo desses de reivindicações não é possível esperar que resulte uma ação voltada para a subdivisão e retalhamento da propriedade e destruição com isso da grande exploração. Se assim fosse, as reivindicações pendentes deveriam conter, em

Esse grande “movimento social reivindicatório” poderia desequilibrar, a favor da força de trabalho, a lógica estruturante do mundo rural: a “contradição” entre os monopolizadores das condições de trabalho e os despossuídos rurais. Era essa, e não a contradição antifeudal e antilatifundiária, como pensavam os comunistas e outros grupos militantes, a “dialética econômica” que tensionava o mundo produtivo e rural brasileiro (Prado Jr., 1966). Assim, em vez da fórmula marxista-leninista, era tal desequilíbrio que estimulava os conflitos pela terra, os quais, por serem pontuais e esporádicos, não possuíam amplitude suficiente para sustentar a renovação do mundo rural ao “modo americano”. Para Caio Prado, a luta pela terra, usando expressão bem mais contemporânea, não era a “questão política do campo” (Martins, 1982). O acesso à terra pressupunha forma associativa moderna e permanente; movimento esse que, afinal, se firmaria com a rede sindical inicialmente assentada por todo o país a partir da estruturação da União dos Lavradores e Trabalhadores da Agricultura do Brasil (Ultab), em 1954, e da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), em 1963, construções já mencionadas anteriormente.

Façamos agora um outro tipo de observação: a pequena presença de Caio Prado na controvérsia sobre o então chamado “objetivismo burguês”.<sup>26</sup> Em um dos textos publicados na referida Tribuna de debates, na qual também vê a tributação como meio para forçar o acesso à terra, Caio Prado diferencia o ponto de vista do trabalho do tributo proposto nas teses oficiais, o qual aparecia “mais como medida de incentivo à produtividade das grandes propriedades” (Prado Jr., 1960a; 1996: 69).<sup>27</sup> Continuemos com o

---

gérmen, a solução das questões econômicas e de ordem técnica que se propoiam numa tal transformação do sistema produtivo. O que não é o caso”.

<sup>26</sup> A expressão aparece no interior dos debates preparatórios do V Congresso de 1960, demarcando um grupo ortodoxo que reage à visão das Teses oficiais sobre o capitalismo brasileiro, já anunciada na Declaração de 1958 (“Nos quadros desta estrutura atrasada – dizia este documento sobre o estágio de desenvolvimento do país – foi-se processando um desenvolvimento capitalista nacional, que constitui o elemento progressista por excelência da economia brasileira” (PCB, 1958; 1982: 176).

<sup>27</sup> O comentário se referia às “erradas premissas teóricas” da tese 41, por não trazerem argumento dirigido à melhoria das condições de vida da população trabalhadora rural (“Isso constitui uma típica formulação burguesa do problema agrário. O incremento da produtividade será uma consequência da reforma agrária: disso não restam dúvidas”) (Prado Jr., 1960b; 1996: 69).

autor: “Essa melhoria não será trazida pelo simples aumento da produtividade, como mostramos acima; e ocorrem mesmo frequentemente situações em que o aumento da produtividade agrícola é acompanhada pelo agravamento das condições de vida do trabalhador. A contradição fundamental na economia agrária brasileira reside, como vimos, na oposição de grandes proprietários e a massa trabalhadora efetiva ou potencialmente a serviço deles, seja qual for a forma das relações de trabalho vigente – salariado, semiassariado, parceria ou formas mistas. É no terreno da luta social em que aquela oposição se manifesta, que a reforma agrária deve ser colocada. A par das reivindicações imediatas (legislação trabalhista, regulamentação da parceria em benefício do trabalhador, etc.), figurará a facilitação do acesso da massa trabalhadora à propriedade da terra, o que determinará condições mais favoráveis à luta dos trabalhadores. A tributação, como medida essencial para aquele fim de proporcionar terra aos trabalhadores, deve portanto visar, em primeiro e principal lugar, o barateamento e a mobilização comercial da terra, e não a simples produtividade, que será consequência da reforma e não constitui condicionamento dela” (Id.: 69-70).

Mediado por tal tipo de movimento social, em Caio Prado o tema do trabalho não é mobilizado de modo impreciso nem constitui simples evocação do princípio marxista-leninista da superioridade operária em relação aos seus aliados, mas advém de uma interpretação de Brasil. Aliás, a propósito da “questão política do campo”, registre-se um ponto da bibliografia que está a merecer tratamento: por trás da busca da “questão política no campo” ou da “questão nevrálgica”, como preferia o historiador, radicam, a rigor, imagens de Brasil diferenciadas por suas origens e significados singulares. Em uma comparação entre Caio Prado e José de Souza Martins, já se apontou o par exploração *versus* expropriação (Faria, 1990) como uma polaridade que distingue os autores em suas ênfases no trabalhismo e na terra, respectivamente.

Também se sugeriu que esse mesmo par não apenas diferencia sindicatos e ligas camponesas, negociação e confronto, pressão por políticas públicas e reivindicação de terra, como também, no fundo, configura dois estilos de mobilização agrária. Vistos de um ponto amplo, tais polaridades expressam linhagens de interpretação do Brasil, cujas construções explicitam – isso é importantíssimo – modos desiguais de conceber a conexão teoria-prática; ponto este sempre reivindicado pelos grandes nomes desses mesmos

campos intelectuais,<sup>28</sup> sobressaindo-se Caio Prado Jr. como *outsider* do primeiro deles. Vale dizer, um militante pouco valorizado pelo partido comunista como um dos clássicos do nosso ensaísmo e não assumido plenamente, mediante interpelações à sua teoria do Brasil e excursos sobre a revolução, proveitosos que teriam sido para o pecebismo contemporâneo.

Assim, à luz desse tipo de associação entre pensamento social e político, Caio Prado se nos afigura não apenas como pensador agrarista, mas também um dos publicistas constituintes do marxismo político brasileiro, como temos sugerido desde o princípio destas páginas. Ou seja, e dizendo de modo paradoxal, Caio Prado e Alberto Passos Guimarães (voltando ao outro autor comunista) respondem pelos registros mais expressivos dos êxitos de um partido que se esgotou com o fim da URSS. E falamos em êxitos, não obstante o partido comunista se exaurir na passagem aos anos 1990, após haver sido, em menos de um decênio, deslocado pelos novos grupos petistas, com a ajuda da Igreja, tanto do associativismo quanto do mundo intelectual. E isto mesmo que, neste mundo intelectual, os comunistas tenham produzido controvérsias sobre vários temas da chamada revolução brasileira, sempre expondo os seus argumentos, intramuros e na esfera pública, quer nas suas publicações quer em espaços da mídia nacional.

Com a distância do tempo e vendo as coisas a partir de hoje, podemos afirmar que a primeira e talvez a principal realização daquele partido comunista consiste em haver deixado na esquerda militante uma tradição de política democrática, anunciada em 1958 na seqüência dos debates sobre o stalinismo. São elementos de uma cultura política valiosa por sua origem difícil (forçando passagem em meio ao marxismo-leninismo e a posturas dogmáticas, algumas radicalizadas); uma cultura de esquerda também muito educativa, por causa da presença de não poucas ambiguidades, persistentes no PCB ao longo do tempo, mas não só nele, já que algumas ainda são visíveis hoje em outros grupos, inclusive do PT. Depois, mas não com menor importância, está o valor da contribuição dos comunistas para a melhora do mundo rural, tanto em termos da extensão de direitos (por meio do agrarismo sindical-camponês) quanto em relação ao que chamavam de “medidas parciais de reforma agrária”, cuja proposição mais significativa – recordem-se os tempos – teve início no imediato pré-64.

---

<sup>28</sup> Referimo-nos à matriz ora em tela – a conexão Caio Prado-PCB – e ao campo que tem Florestan como referência clássica e José de Souza Martins como principal autor agrarista.

Como igualmente já referimos, aquele tipo de sindicalismo prossegue em nossos dias na Contag, que ainda mantém certos traços antigos e faz lembrar a inspiração em Caio Prado. Por sua vez, foi por meio de um agrorreformismo de “soluções positivas” e gradualista, como aquele a que tende o PCB pelo menos desde meados dos anos 1950, que viria a se consolidar – digamos ao velho modo – um campesinato, ao qual Alberto Passos Guimarães, em seu tempo, se refere como um campesinato ainda por se constituir. Um campesinato que, ao fim do “século do comunismo”, já se visualiza na figura da agricultura familiar, florescente aqui e em muitas partes do mundo desenvolvido. No entanto, como ainda veremos, Alberto Passos Guimarães e Caio Prado não são clássicos do marxismo político brasileiro apenas por trazerem até nós o registro intelectual da presença pecebista no nosso mundo rural.

### O marxismo político de Caio Prado Jr.

Diferente do pecebismo inspirado na reflexão leniniana sobre a via prussiana no PCB,<sup>29</sup> a contribuição caiopradiana percorre outro caminho.<sup>30</sup> Conhecedor do primeiro ensaísmo (Alberto Torres e outros), de *Casa grande & senzala* (1933) e, naturalmente, de Monteiro Lobato, o historiador tem como importante ponto de referência, como já anotamos, a comparação entre o padrão capitalista europeu e americano e nossa modalidade de constituição nacional. A distinção é recorrente, quer quando o autor tematiza as marcas da

---

<sup>29</sup> A ideia de via não clássica da revolução burguesa já está em Marx e Engels (Marx, 1852; 1977; Engels, 1895; 1977; 1891; 1973). Lênin sublinha do modelo original as duas formas de evolução do mundo rural – a prussiana conservadora (em andamento na Rússia da segunda metade do século XIX) e a via *farmer*. No caso russo, por ocasião da Revolução de 1905, ainda estava aberta a porta à via americana, sendo possível a revolução assumir um curso burguês conduzido por uma coligação heterogênea de classes (campesinato, classe operária) (Lênin, 1905 e 1907). Voltaremos ao tema do uso dessa construção no PCB em um texto dedicado a Alberto Passos Guimarães. Por ora registremos que o recurso ao conceito leniniano abre uma trilha que, com o correr do tempo, afirma no PCB: a) a ideia da democratização política como sentido geral de uma revolução chamada a reverter o padrão autoritário da modernização e b) o valor do mundo da política como terreno da concretização contínua das mudanças sob Estado democrático de direito.

<sup>30</sup> Aqueles publicistas (antigos e novos) não advertiram que havia em Caio Prado outros suportes para o reformismo democrático. Para a questão acerca do lugar das formulações de Caio Prado no seu partido – comparadas suas referências intelectuais com as do pecebismo acima aludido –, ver um breve registro em Santos, 2006b.

colônia de produção e do escravismo, quer quando disserta sobre a modernização e o industrialismo inconclusos mais contemporâneos.

Ao investigar o terreno nacional sob o prisma da conexão passado-presente, o historiador, como vimos, refaz axiomas da economia política – sagrados na tradição marxista –, “adequando” a disciplina para assim equacionar o tema da dependência e chegar à meta que buscava: uma análise política habilitada a inferir o padrão das contradições e soluções de conflitos, daí relevando – a contrapelo do marxismo-leninismo –, o sentido institucionalizador (positivo) de processos sociopolíticos modernos (opinião pública, partidos, sindicalismo, etc.). Ao repetir em várias passagens da sua obra o contraponto entre a trilha dos países que se desenvolveram no capitalismo com democracia e institucionalidade robusta e o curso “defeituoso” da revolução burguesa no Brasil<sup>31</sup>, Caio Prado deixa indícios do seu compromisso com o emblema ocidental. Poder-se-ia dizer que, neste emblema, o autor divisa o programa-destino da nossa ida ao moderno, a despeito da sua longa filiação do socialismo real.

Essa adesão certamente comporta não pouca ambiguidade em um ensaísta que intui muito cedo que o socialismo – um “programa”, escrevia em 1934, usando o termo em linguagem impressionista – nunca se realizaria como uma sociedade sem classes.<sup>32</sup> É grande a tentação de ver nas passagens

---

<sup>31</sup> Nelson Werneck Sodré, autor tão acusado de “linearidade” (para ele, 1930 era uma revolução antifundiária – cf. Sodré, 1963), tem uma nota na qual diz que a política de frente única da ANL, derrotada em 1935, fora um ponto alto da transição republicana que se iniciara em 1930, depois de o país ter passado pela “revolução burguesa sem o proletariado” (Sodré, 1962).

<sup>32</sup> Citem-se, de *URSS. um novo mundo*, algumas passagens. Em relação “à eventualidade de diferenciação de classes, peculiar ao novo regime”, “entre a massa e uma minoria”, o autor diz: “Nenhuma organização social (pelo menos as já de certa forma evoluídas e por isso mesmo complexas) pode dispensar uma direção. Nestas condições deverá surgir na própria sociedade que virá substituir a sociedade burguesa uma diferenciação entre o grupo investido desta direção e o resto da população. O socialismo portanto nunca passará de um programa: uma sociedade sem classes é impossível” (Prado Jr., 1934: 234). Caio Prado aduz um grande testemunho: “É um escritor alemão, Robert Mitchels, quem primeiro, creio, aventou este argumento”. O historiador brasileiro lembra que *Les Partis politiques* fora escrito em 1911, sem o exemplo da Revolução Russa, e continua: “Ele [Mitchels] diz o seguinte: ‘Ainda mesmo que as massas conseguissem arrancar o poder aos burgueses, não haveria aí senão uma aparência: surgirá sempre e necessariamente, no seio das massas, uma nova minoria organizada, que se elevaria à posição de uma classe dirigente. Eternamente em minoridade, a maioria dos homens se veria obrigada mesmo predestinada á triste fatalidade histórica de

citadas um ponto de vista antiapriorístico – a marca posterior da interpelação ao PCB (Prado Jr., 1966) – em relação à doutrina que já se cristalizava à volta do novel socialismo, não obstante – repita-se – a aceitação sem reservas da URSS, que o historiador manteria em escritos bem posteriores (Prado Jr., 1960b e inclusive 1982). Fazendo alegoria com a introdução escrita por Leandro Konder para uma coletânea de textos luckasianos (Konder, 1980b), dir-se-ia que o compromisso de Caio Prado Jr. com o socialismo soviético o converte numa espécie de “Lukács” brasileiro.

Registremos, agora, que há em Caio Prado Jr. uma espécie de ampliação da teoria social marxiana, um movimento pouco desenvolvido que teria sido – se valorizado – benéfico ao discurso pecebista. Trata-se de pontos inseridos em uma doutrina fechada – assim chegava aqui o marxismo –, sendo o principal deles a referida ênfase na circulação, com a qual o autor “esquematiza” a questão da colônia de produção brasileira. Com efeito, Caio Prado Jr. vale-se do “Prefácio” à Contribuição à crítica da economia política (1859), fonte corrente ou quase única para publicistas que se veem limitados por vários motivos a trabalhar com a bibliografia clássica da tradição.

No caso do PCB, já foram apontados como causas dessa limitação o contexto de atraso cultural no qual os comunistas receberam o marxismo de versão soviética, ampliando sua “pobreza” teórica, bem como o isolamento intelectual a que foram obrigados pela clandestinidade intermitente. No entanto, o exemplo de Gramsci, ao produzir uma obra *fur ewig* confinado nas prisões mussolinianas, testemunha a possibilidade de superação dramática do constrangimento. De qualquer modo, tanto o historiador

---

suportar a dominação de uma pequena minoria saída do seu seio e de servir de pedestal á grandeza de uma oligarquia” (Id.: 235). E completa: “Este argumento é tanto mais interessante no momento atual que toda a ala dissidente da 3ª Internacional, chefiada por Trotski, descobre no regime soviético os germens desta diferenciação, a constituição de uma oligarquia dirigente: a burocracia” (Id.). “É certo que o perigo assinalado por Mitchels existe” – acrescia, recorrendo, desta vez, a Bukharin, segundo o qual aquela “degeneração” prosperava à medida que caíam as forças produtivas nacionais, e seria “paralizada” “com o seu crescimento e a supressão do *monopólio da instrução* dos quais resultaria – essa era a solução apontada pelo teórico russo para o “eterno problema de Mitchels” – “a produção em grande escala de técnicos e organizadores em geral” saídos da classe operária. O jovem externava sua fé no regime dos *soviets*, que, como ele mesmo dizia então, era de ampla abertura e podia vir a alargar as margens daquela “educação política e administrativa” (Id.: 236-7).

brasileiro como o PCB, para não falar de ensaístas isebianos, com frequência usaram o “Prefácio” de 1859.<sup>33</sup>

Todavia, Caio Prado não recorre ao trecho marxiano destacado pelo teórico italiano nos *Cadernos do cárcere*, a saber, a passagem sobre a tempestividade das mudanças revolucionárias.<sup>34</sup> É com aquela chave “topográfica” do “Prefácio” de 1859 – dialetizada pelo cânone circulacionista – que o historiador tece excursos de pensamento social sobre uma formação marcada pela cisão entre economia e população. Assim, ao caracterizar o processo da nossa estruturação, Caio Prado Jr. serve-se do modelo de Marx e Engels – traçado com grande abstração – sobre os largos ciclos históricos (Marx e Engels, 1847-1848; 1977). Os clássicos expunham a lógica que estrutura e governa toda e qualquer formação social fundada na determinação em última instância da economia e inteligível através da dialética entre o crescimento progressivo das forças produtivas e a transitoriedade das relações de produção. Tal lógica evidencia-se nos embates de classe e nos enfrentamentos sociopolíticos, requerendo níveis de análise mais concretos de sociedades historicamente determinadas, em particular nas circunstâncias de crise e mudança (a Revolução de 1848, a França até o golpe de Luís Bonaparte, etc.) (Marx e Engels, 1850-1851 e 1852; 1977).

No entanto, como sublinhamos, economia e população – termos com que Caio Prado Jr. procura decifrar a formação brasileira – aparecem em

---

<sup>33</sup> Além desta sùmula marxiana, há na literatura isebiana referência à proposição leniniana do *Que fazer?*: “Sem teoria revolucionária, não há movimento revolucionário”. É expressivo o lema de Álvaro Vieira Pinto: “Sem ideologia do desenvolvimento nacional, não há desenvolvimento nacional” (Pinto, 1960: 29).

<sup>34</sup> Eis o cânone usado por Gramsci: “Nenhuma formação social desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela contém, e jamais aparecem relações de produção novas e mais altas antes de amadurecerem no seio da própria sociedade antiga as condições materiais para a sua existência. Por isso, a humanidade se propõe sempre apenas os objetivos que pode alcançar, pois, bem vistas as coisas, vemos sempre que esses objetivos só brotam quando já existem ou, pelo menos, estão em gestação às condições materiais para a sua realização” (Marx, 1859; 1977: 302). Já o trecho a que recorre Caio Prado antecede esta passagem: “Ao chegar a uma determinada fase de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade se chocam com as relações de produção existentes, ou, o que não é senão a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais se desenvolveram até ali. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações se convertem em obstáculos a elas. E se abre, assim, uma época de revolução social” (Marx, 1859; 1977: 301).

ordem diversa da Economia Política clássica, como se pode ver, de modo bem explícito, em *Diretrizes para uma política econômica brasileira* (1954). Nesta monografia nada desimportante, na qual não por acaso a teoria revolucionária se nutre do seu tempo e de tema contemporâneo, o objeto é a política econômica, e o historiador interpela Keynes e Cepal<sup>35</sup>.

Em suma, com esse tipo de marxismo e com a inscrição no ensaísmo clássico, o labor do publicista consiste em refazer a ideia de revolução, recebida pelo PCB da III Internacional como uma luta nacional-libertadora à Oriente (Prado Jr., 1966). Ao longo dos seus textos problematiza a contemporaneidade brasileira como um processo duradouro de conclusão da nacionalidade e radica a revolução no renovamento da vida nacional com base na valorização do trabalho e também do próprio mundo produtivo; mundo econômico que, por sua vez, necessita se modernizar e se estender horizontal e socialmente no mesmo sentido do primeiro industrialismo clássico, conforme a trilha da Europa e Estados Unidos, países que, inclusive, haviam feito correções nos termos do *Welfare State*.

Com esse tipo de registro é possível acentuar dimensões menos aparentes do pensamento caiopradiano. O livro *Formação do Brasil contemporâneo*, por exemplo, pode ser relido não só a partir do “Prefácio” de 1859, como também de um recorrente raciocínio comparativo entre o caso brasileiro e a “colônia de povoamento” americana, de onde Caio Prado

---

<sup>35</sup> Citemo-lo: “Mas antes de considerar especificamente o caso brasileiro não será fora de propósito lembrar que a própria teoria econômica, no que tem hoje de mais autorizado e acatado, vem deslocando há muito tempo (quase vinte anos pelo menos) seu ponto de vista antes e tradicionalmente fixado de preferência no lado da *produção do valor*, para o do fim a que se destina, pelo menos em princípio essa produção, a saber, *o consumo*. Durante um século e mais, ou seja praticamente da aurora da Economia Política, tal como a entendemos hoje, a teoria econômica ortodoxa se construiu na presunção da famosa lei atribuída ao francês Jean-Baptiste Say (e por isso conhecida por lei de Say, mas na realidade devida a James Mill), segundo a qual “a produção cria o seu próprio mercado”. As repetidas crises do sistema capitalista e finalmente a estagnação contemporânea às vezes interrompida por breves períodos de prosperidade (o inverso portanto do passado, quando a prosperidade era a regra e a depressão, o eventual e transitório), isso obrigou os economistas burgueses a confiarem menos na lei de Say e no presumido automatismo do ajustamento entre produção e consumo; e a voltarem suas atenções para o verdadeiro mecanismo desse ajustamento ou antes desajustamento, como a experiência tinha demonstrado. A chamada ‘revolução keynesiana’, hoje consagrada, não vem a ser em última instância senão uma explicação e tentativa de correção daquele desajustamento” (Prado Jr., 1954: 194-95).

– recorde-se um dos primeiros pontos-chave do autor – extrai a conhecida proposição do sentido da colonização<sup>36</sup>.

Conhecedor dos primeiros ensaístas, e vindo logo em seguida a eles, Caio Prado tece *rounder points* sociológicos e de análise política (contemporâneo que era do Iseb, especialmente de Hélio Jaguaribe). Esses *rounder points* levam-no a fazer qualificações importantes na sua teoria revolucionária: a) sempre recorre à sua visão da industrialização brasileira, de “negócios fáceis”, como um industrialismo incapaz de incorporar produtivamente os numerosos contingentes do “país de desocupados”; b) recusa os efeitos do “domínio britânico na Índia”, que também aqui trariam consequências desastrosas à modernização do mundo rural;<sup>37</sup> e c) no tema da vida política, dirige a atenção para as marcas e sedimentações passivas que a colônia de produção teria imprimido nas mediações do mundo social e partidário, dissimulando, no personalismo e nas “agitações”, a “superficialidade” do sistema político brasileiro contemporâneo.

---

<sup>36</sup> “Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde, ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura bem como as atividades do país. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão de obra de que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, industrial, se constituirá a colônia brasileira” (Prado Jr., 1942: 26).

<sup>37</sup> Marx vê a ação britânica na Índia (uma “Itália de proporções asiáticas”) como uma *revolução social*: “É bem verdade que, ao realizar uma revolução social no Hindustão, a Inglaterra agira sob os impulsos dos interesses mais mesquinhos, dando provas de verdadeira estupidez na forma de impor esses interesses. Mas não se trata disso. Do que se trata é de saber se a humanidade pode cumprir a sua missão sem uma verdadeira revolução a fundo do estado social da Ásia. Se não pode, então, e apesar de todos os seus crimes, a Inglaterra foi o instrumento inconsciente da história ao realizar essa revolução” (Marx, 1853; 1980: 291). Em outro texto: “A Inglaterra tem de cumprir na Índia uma dupla missão: destruidora, por um lado, e regeneradora, por outro. Tem que destruir a velha sociedade asiática e assentar as bases materiais da sociedade ocidental na Ásia” (1853; 1980: 292). Todavia qualificava: “Os britânicos destruíram a civilização hindu quando dissolveram as comunidades nativas, arruinaram por completo a indústria indígena e nivelaram tudo que era grande e elevado da sociedade nativa. As páginas da história do domínio inglês na Índia mal oferecem alguma coisa mais do que destruições. Atrás dos montões de ruínas distingue-se com dificuldade a sua obra regeneradora. E, contudo, essa obra começou” (Id.: 293).

## Considerações finais

Esse tipo de releitura renova o interesse pelos textos publicísticos do autor. É o caso de ver como a proposição circuncionista (Prado Jr., 1942 e 1945) reaparece posteriormente. Relembremos como uma primeira referência o exemplo, no artigo de 1947, dedicado à “revolução burguesa de novo tipo”, que Lênin pensara para um contexto capitalista periférico (qualificada a circunstância brasileira pela dependência).

No interior da fórmula leniniana, Caio Prado tece fios dissertativos diferenciadores: a) a estreita correlação entre a descrição do curso burguês, singularizado aqui pela ausência de robustas classes revolucionárias – básicas nos modelos de Marx e de Lênin (burguesia e proletariado, para o primeiro, e camponeses, para o último) –, e o conceito de política econômica (lugar estatal supletivo da ação inovadora daquelas classes), referenciado o conceito pela valorização do trabalho; e b) a importância da grande empresa e seus “empregados agrícolas” e a revolução agrária centrada na lei trabalhista; ênfase vista não como formalização do papel do proletariado como *condottiere* dos camponeses, conforme prescrevia o marxismo-leninismo. Radicadas numa interpretação do Brasil, essas linhas dissertativas conformam a ideia caiopradiana de revolução como reorganização econômico-social e adensamento da vida nacional, aparecendo os constructos sobre a modernização menos completos do que a teorização agrária.

Todavia, há uma trilha a merecer melhor investigação: as referências externas à tradição comunista com as quais o historiador recusa a frente única do PC, vale dizer, alguns axiomas próprios do primeiro ensaísmo clássico. Para ilustrar a questão, retomemos o emblema de análise política mais antigo: 1945, ou seja, a circunstância da segunda metade dos anos 1940.<sup>38</sup> Então, o “grupo” de Caio Prado tinha certa gravitação, sendo

---

<sup>38</sup> Decorridos quinze anos da Revolução de 1930 (com engessamento da superestrutura, mas também expansão das forças produtivas), 1945 “encerrava tudo em si”, registra Caio Prado Jr. nos seus diários (cf. Iumatti, 1998). E explica: “A política se agita, já agora sem reservas e publicamente. Arregimentam-se grupos, alianças e partidos... A luta começou, aberta e rasgada. Como terminará, por onde e para onde levará o Brasil?” (Ib.). O autor anota o aprendizado que as massas estavam tendo ao emergirem à vida pública numa situação dramatizada pela falta de “alicerces políticos” que permitissem superar tanto o alheamento da maioria em relação à vida cívica, quanto as agitações que marcavam a vida nacional. Se o

a criação intelectual e a ação política – o que mais sabiam fazer, sem, no entanto, se aproximarem suficientemente, como seria da natureza tanto de uma elaboração intelectual com vocação para o marxismo político quanto de uma ação política que necessitava fundamentar-se numa teoria do Brasil.

### Referências bibliográficas

- CHAVES NETO, Elias. Política de união nacional. *Revista Brasiliense*, n. 1, set./out. 1955.
- \_\_\_\_\_. *Minha vida e as lutas de meu tempo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Seis interpretações sobre o Brasil. *Dados*, v. 25, n. 3. Rio de Janeiro, 1982.
- CAVALCANTI, Manuel Batista. *Memórias* (manuscrito). Campina Grande, 1983.
- CAVALCANTI, Paulo. *Os equívocos de Caio Prado Jr.* São Paulo: Argumentos, s/d.
- COELHO, Marco Antonio. *A herança de um sonho. Memórias de um comunista*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- ENGELS, F. *Crítica al programa de Erfurt* (1891). Madri: Anagrama, 1973.
- \_\_\_\_\_. Introdução (1895) de As lutas de classes na França de 1848 a 1850. In: K. Marx e F. Engels. *Obras escolhidas*. Moscou: Editorial Progreso, 1977, v. 1.
- FACÓ, Rui. Um falso conceito da revolução brasileira. *A Classe Operária*, Boletim de discussão, n. 13. São Paulo, 1947.
- FARIA, Sylvia Gomes. *Contribuição à análise da luta pela terra no Brasil: as interpretações de Caio Prado Jr. e José de Souza Martins*. Tese de Doutorado, CPDA, Rio de Janeiro, 1990.
- FERNANDES, Florestan. Caio Prado não disse tudo. *Jornal da Senzala*, n. 1, jan./fev. 1968. In: F. Fernandes. *Em compasso de espera*. São Paulo: Hucitec, 1980.

- \_\_\_\_\_. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- FREYRE, Gilberto. Nação e Exército (1950). In: *Seis conferências em busca de um leitor*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.
- FURTADO, Celso. Reflexões sobre a pré-revolução brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 2, n. 1, Belo Horizonte, 1962.
- JAGUARIBE, Hélio. *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.
- KONDER, Leandro. *A democracia e os comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1980a.
- \_\_\_\_\_. *Lukács*. Porto Alegre: LP&m, 1980b.
- LÊNIN, W. I. Dos tácticas de la socialdemocracia rusa (1905). In: Id. *Obras escojidas en doze volumes*. Moscou: Progreso, 1975, v. 1.
- \_\_\_\_\_. *El programa agrário de la socialdemocracia rusa* (1907). Moscou: Ediciones Lenguas Extranjeras, 1949.
- IUMATTI, Paulo. *Diários políticos de Caio Prado Jr. – 1945*. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- MARX, C. e ENGELS, F. Teses sobre Feuerbach (1945). In: *La ideologia alemana*. Montevidéo: Ediciones Cultura Popular, 1978.
- \_\_\_\_\_. El manifiesto del partido comunista (1847-1848). In: Id. *Obras escojidas*. Moscou: Progreso, 1977, v. 1.
- MARX, C. Las luchas de classes en Francia de 1848 a 1850 (1850-1851). In: Id. *Obras Escojidas*. Moscou: Editorial Progreso, 1977, v. 1.
- \_\_\_\_\_. El 18 brumário de Luis Bonaparte (1852). In: Id. *Obras escojidas*. Moscou: Editorial Progreso, 1977, v. 1.
- \_\_\_\_\_. O domínio britânico na Índia (1853). In: Id. *Obras escolhidas*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1980, v. 1.
- \_\_\_\_\_. Futuros resultados do domínio britânico na Índia (1853) In: Id. *Obras escolhidas*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1980, v. 1.
- MATHIAS, Eric. Kautsky y el kautskismo (1957). In: C. Kautsky. *La revolución social / El camino del poder*. México: Cuadernos Pasado y Presente, 1978.

MARTINS, José de Souza. *Expropriação e violência. A questão política no campo*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1982.

MOREIRA, Adriano. Gilberto Freyre: o teórico da sociedade civil. In: M. do Carmo Tavares de Miranda (Org.). *À memória de Gilberto Freyre*. Recife: Massagana-Fundação Joaquim Nabuco, 1988.

PASSOS GUIMARÃES, Alberto. Uma falsificação e vários erros crassos na questão das etapas. *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, 22-28 jul. e 28 jul-4 ago. 1960.

\_\_\_\_\_. *Quatro séculos de latifúndio*. São Paulo: Fulgor, 1963. PCB. Resolução sindical (1952). *Problemas*, São Paulo, dezembro de 1954.

\_\_\_\_\_. Declaração sobre a política do PCB (mar. 1958). In: Edgar Carone. *O PCB*. São Paulo: Difel, v. 2, 1982.

\_\_\_\_\_. *As Teses do V Congresso*, folheto, Rio de Janeiro, 1960.

\_\_\_\_\_. Resolução política da comissão executiva do CE do PCB da Guanabara (folheto, mar. 1970). *Temas de Ciências Humanas*, n.10, São Paulo, 1981.

\_\_\_\_\_. Entendimentos políticos. *Resolução do Comitê Central do PCB* (folheto, set. 1971).

PINTO, Álvaro Vieira. *Ideologia e desenvolvimento nacional*. Rio de Janeiro: Iseb, 1960.

PRADO JR., Caio. *Evolução política do Brasil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1933.

\_\_\_\_\_. *URSS, um novo mundo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.

\_\_\_\_\_. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1942.

\_\_\_\_\_. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1945.

\_\_\_\_\_. Fundamentos econômicos da revolução brasileira. *A Classe Operária*, 1947.

\_\_\_\_\_. *Diretrizes para uma política econômica brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1954.

\_\_\_\_\_. O sentido da anistia ampla. *Revista Brasiliense*, n. 4, São Paulo, mar./abr. 1956a.

\_\_\_\_\_. A política brasileira. *Revista Brasiliense*, n. 8, São Paulo, nov./dez. 1956b.

\_\_\_\_\_. As Teses e a revolução brasileira. *Novos Rumos* de 17 a 23/06/1960b. In: R. Santos (org.). *Questão agrária e política: autores pecebistas*. Seropédica, EDUR, 1996.

\_\_\_\_\_. *O mundo do socialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1960b.

\_\_\_\_\_. O Estatuto do Trabalhador Rural. *Revista Brasiliense*, n.47, São Paulo, maio/jun. 1963.

\_\_\_\_\_. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

\_\_\_\_\_. Adendo de A revolução brasileira. *Revista Civilização Brasileira*, n.14, set. 1967; citado de *A revolução brasileira*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1978.

\_\_\_\_\_. Perspectivas em 1977. In: Id. *A revolução brasileira*, cit.

\_\_\_\_\_. *O que é a liberdade*. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1982.

PRESTES, Luiz Carlos. É necessário combater e desmascarar os defensores e porta-vozes do nacional-reformismo. *Voz Operária*, 28 abr. 1956.

RAMOS, Guerreiro. A redução sociológica. In: Id. *Estudo da razão sociológica*. Rio de Janeiro: Iseb, 1958.

\_\_\_\_\_. *O mito e a verdade da revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.

REVISTA BRASILIENSE. Abaixo Assinado. *Revista Brasiliense*, n. 1, São Paulo, ago. 1955.

SANTOS, Raimundo. *O pecebismo inconcluso* (1992). 2. ed. Revista e aumentada. Seropédica, 1996a.

\_\_\_\_\_. *Modernização e política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1996b.



- \_\_\_\_\_. *Caio Prado Jr. na cultura política brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.
- \_\_\_\_\_. Um anunciador da questão comunista no Brasil. In: M. O. Pinassi (Org.). *Leandro Konder. A revanche da dialética*. São Paulo: Unesp-Boitempo, 2002.
- \_\_\_\_\_. Rurbanização e revolução agrária em dois registros clássicos (2001). In: Nora Fresno e H. Alimonda (Orgs.). *Ruralidades, capacitação e desenvolvimento rural*. Viçosa: Ed. UFV, 2006a.
- \_\_\_\_\_. O agrarismo inconcluso de Ivan Ribeiro. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 14, n. 1, 2006b.
- SILVA, José Graziano. Por uma reforma agrária não essencialmente agrícola (1996). In: Luiz Flávio de Carvalho e Raimundo Santos. *Política e reforma agrária*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1962.
- \_\_\_\_\_. Declínio do latifúndio. *Tempo Brasileiro*, n. 4 e 5, Rio de Janeiro, jun./set. 1963.
- SOUZA, Jessé. *A construção social da subcidadania. Para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: UFMG/Iuperj, 2002.
- TAVARES, Assis. (Marco Antonio Coelho). A revolução brasileira. *Revista Civilização Brasileira*, n. 11-12, Rio de Janeiro, set. 1967.
- VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. *Ciencia y revolución* (el marxismo de Althusser). Madri: Alianza Editorial, 1978.
- VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- \_\_\_\_\_. Sobre a tática e a estratégia das Teses. *Voz da Unidade*, Debate n. 89, São Paulo, 1981.